

OPINIÃO

Como a transição energética pavimenta o caminho para a reindustrialização sustentável do Brasil

Alberto Machado Neto

Diretor executivo de Petróleo, Gás Natural, Bioenergia, Hidrogênio e Petroquímica da Abimaq

O mundo passa por uma transformação profunda marcada pela necessidade de reduzir emissões de gases de efeito estufa e avançar rumo a uma economia de baixo carbono. Nesse contexto, o Brasil possui uma vantagem comparativa inquestionável: já contamos com uma matriz energética mais de duas vezes mais limpa que a média mundial, sustentada por fontes renováveis como a hídrica, a eólica e a biomassa, o que coloca o País em posição privilegiada para se tornar protagonista da

transição energética global.

Mas a pergunta que se impõe é: como transformar essa vantagem comparativa em desenvolvimento econômico e social sustentável, obviamente com a inclusão do setor de máquinas e equipamentos?

A resposta passa pela reindustrialização. Cada etapa da transição, desde a geração, armazenamento e transporte de energia, até a mobilidade e novos combustíveis como o hidrogênio, exige inovação, tecnologia, engenharia e, que bom para nós, máquinas e equipamentos pois a indústria nacional pode e deve ser a base desse processo.

Contudo, não basta pensar apenas em sustentabilidade ambiental. É preciso adotar uma visão de sustentabilidade sistêmica, que considere também os pilares energético, social, alimentar, econômico e geopolítico. Sem equilíbrio entre esses fatores, as políticas públicas correm o risco de gerar avanços pontuais sem criar resultados duradouros.

O Brasil reúne todas as condições para liderar. Dispomos de abundância em fontes primárias de energia, reservas de minerais críticos, infraestrutura industrial consolidada e centros de pesquisa capazes de competir em nível

global. Cabe agora estruturar uma política industrial que una inovação tecnológica, investimentos produtivos e cooperação internacional, assegurando previsibilidade e competitividade para nossa indústria.

A transição energética não deve ser vista como custo, mas como a maior oportunidade de reindustrialização do século. Se soubermos aproveitá-la, poderemos não apenas reduzir emissões, mas também gerar empregos qualificados, ampliar a soberania nacional e transformar o Brasil em referência mundial em desenvolvimento sustentável.



ABIQUIM/DIVULGAÇÃO/JC

Correios em crise: o retrato da ineficiência e do uso político das estatais brasileiras

André Charone

Contador, professor universitário e Mestre em Negócios Internacionais pela Must University (Flórida-EUA)

Durante décadas, os Correios foram símbolo de confiança. A empresa pública entregava cartas, encomendas e resultados, financeiros, inclusive. Em 2020 e 2021, em plena pandemia, a estatal chegou a registrar lucros expressivos, impulsionada pelo boom do e-commerce e por um plano de reestruturação que, pela primeira vez em anos, parecia colocar a casa em ordem.

Mas bastaram poucas trocas de comando e uma guinada de orientação política para que o cenário se invertesse. O que era lucro virou rombo bilionário. O que era eficiência virou aparelho político. E o que era promessa de modernização virou laboratório de improvisos estatais.

Do lucro ao buraco: uma linha do tempo que explica tudo

Em 2020, os Correios fecharam o ano com lucro líquido de R\$ 1,53 bilhão, o melhor resultado em quase uma década. Em 2021, mantiveram o fôlego, com lucro de R\$ 3,7 bilhões, resultado de medidas de austeridade, corte de custos, digitalização de serviços e ganhos com o mercado de encomendas, impulsionado pelas compras online em plena pandemia.

Foi um momento raro em que a empresa parecia ter encontrado um rumo: um modelo enxuto, com foco comercial, governança corporativa mais rígida e discursões

so de eficiência. Havia, inclusive, debate sobre possível privatização, o que pressionou a estatal a mostrar resultados concretos.

Mas o bom momento durou pouco. A partir de 2022, já sob nova direção e um contexto político diferente, os números começaram a despencar: em 2022, prejuízo de R\$ 808,8 milhões; em 2023, prejuízo de R\$ 633,5 milhões; em 2024, prejuízo de R\$ 2,59 bilhões; no 1º semestre de 2025, prejuízo acumulado de R\$ 4,3 bilhões, superando todo o ano anterior.

Ou seja, em menos de três anos, a estatal saiu de um ciclo de lucros recordes para um abismo financeiro que ameaça sua própria sobrevivência.

O que piorou desde então:

1. Interferência política e aparelhamento

A governança que existia foi desmontada. Cargos técnicos foram substituídos por indicações políticas, com diretores escolhidos mais por vínculos partidários do que por experiência em logística ou gestão empresarial. A lógica empresarial deu lugar à lógica do “quem indica”.

2. Reversão de medidas de eficiência

A estatal abandonou parte das reformas administrativas implementadas entre 2019 e 2021, inclusive cortes de contratos e redução de gastos de custeio. Os custos operacionais voltaram a crescer, e a produtividade por funcionário caiu.

3. Impactos de políticas tributárias e comerciais equivocadas

A “Taxa das Blusinhas”, criada para tributar pequenas remessas internacionais, reduziu drasticamente o volume de importações processadas pelos Correios. O que o governo vendeu como “proteção da indústria nacional” se transformou em um golpe na principal fonte de receita da estatal.

4. Paralisia estratégica

Enquanto concorrentes privados investem em automação, Inteligência Artificial e rastreamento em tempo real, os Correios continuam com sistemas obsoletos e processos manuais. O resultado é previsível: atrasos, extravios e perda de mercado.

5. Explosão de custos fixos e passivos trabalhistas

A empresa carrega uma estrutura pesada: 6 mil agências próprias, muitas deficitárias, e obrigações trabalhistas gigantescas. O balanço de 2024 mostra R\$ 18,9 bilhões em receita líquida, mas R\$ 4,7 bilhões apenas em despesas administrativas. As provisões contábeis de planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego (CPC 33) continuam corroendo o resultado.

O uso político das estatais: a velha história reeditada

Nenhuma empresa sobrevive quando é tratada como ferramenta partidária. E é exatamente isso que acontece com os Correios. A cada troca de governo, muda o discurso, mas o roteiro é o mesmo: cargos loteados, deci-

sões lentas e promessas vazias.

A interferência política é tão intensa que o Tribunal de Contas da União alertou para o “risco de insustentabilidade” da estatal. E, para remediar o caos, o governo federal já prepara um empréstimo de R\$ 20 bilhões com garantia da União, em outras palavras, o contribuinte novamente vai pagar a conta da má gestão.

O atraso nas entregas e na gestão

Ironia das ironias: os Correios conseguiram ser lucrativos sob um modelo de austeridade e controle, e voltaram ao prejuízo justamente quando se prometeram “humanizar” a gestão e “fortalecer o papel social” da empresa. O resultado desse “novo modelo” é o de sempre: rombos, promessas e pacotes que não chegam.

Enquanto o País discute “governança pública”, a estatal segue operando como uma repartição anacrônica: departamentos ineficientes, sistemas travados e uma comunicação que parece escrita por estagiários de 1995. O que deveria ser orgulho nacional virou uma caricatura de burocracia.

Os Correios são o retrato de um País que se recusa a aprender com os próprios erros. Já provaram que podem ser eficientes quando geridos com técnica e responsabilidade. Mas, enquanto continuarem servindo de instrumento político, continuarão entregando, com atraso, apenas prejuízos.



CONSULTÓRIO DA FAMA/DIVULGAÇÃO/JC



O que era lucro virou rombo bilionário. O que era eficiência virou aparelho político. E o que era promessa de modernização virou laboratório de improvisos estatais